



CEJAMA

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO

Certificado
NBR ISO 9001

BRTUV



Relatório Anual da Administração 2019

Jacinto Machado, abril de 2019

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO/SC

CEJAMA: A Energia de Jacinto Machado vem daqui.

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no município de Jacinto Machado há 58 anos. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento da cidade, levando força e luz às casas, ruas, avenidas e indústrias.

Estamos sempre em busca de superações e melhorias, por isso fazemos investimentos, criamos e superamos desafios, tendo como objetivo, prestar os melhores serviços a todos os consumidores que utilizam nossa energia.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores cooperados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2019.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos cooperados, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Cooperativa.

Carta do Presidente

Ao findar 2019, lembramos que nossa trajetória começou na década de 60, após a emancipação política e administrativa do município de Jacinto Machado.

Para enfrentar os obstáculos causados pela falta da energia elétrica, alguns membros da sociedade reuniram-se em 1961 para constituir a Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado, atual CEJAMA.

A energia era inicialmente provinda da Usina Termoelétrica de Capivari (atual Capiravi de Baixo) e distribuída aos seus 17 sócios, sendo eles: Pool Jorge Zacca, Silvio Boff, Ângelo Frassetto, Vitório Zanatta, Lédio Savi Mondo, Vitório Benincá Just, Egídio Tomasi, Lênio Leônidas Lopes, Albino Zanatta, Artur Tramontin, Stefano Rzatki, Laerte Spindola Lisboa, Quintiliano Emerich, Archimimo José Pereira, Francisco Ernesto Sabóia, Fermino Boff, e Paulino Boff. Aos nossos fundadores, agradecemos pela coragem e persistência nesse enorme desafio.

É importante frisar que a CEJAMA trabalha seguindo normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Aproveitamos à oportunidade para agradecer aos Senhores Sócios, aos colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores e Consumidores, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso.

Finalizando, agradecemos a DEUS, que sempre nos leva ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

Cenário

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado é uma Permissionária/Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia na cidade de Jacinto Machado, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Prestamos os melhores serviços há 58 anos e, para isso, valorizamos o corpo funcional da CEJAMA onde focamos:

- Investimento em Treinamento Técnico;
- Cursos;
- Apoio no Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Segurança e Medicina no Trabalho.
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;

A CEJAMA foi recertificada em 2019 através de rigorosa auditoria realizada pela BRTUV - Avaliações de Qualidade S/A, conforme Norma NBR ISO 9001.2015, referente coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes.

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares e expectativas dos consumidores, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CEJAMA distribui energia elétrica no município de Jacinto Machado, zona urbana e zona rural. Atualmente (base dezembro/2019), possui 5.203 consumidores divididos em 52% de consumidores urbanos e 48% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2019, 385 novas ligações, sendo 197 Residenciais, 38 Comerciais, 5 Industriais, 132 Rurais e 3 Poder Público, 10 iluminações públicas totalizando 9.691 consumidores atendidos.

Número de Consumidores

Número de Consumidores					
Classe	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	2821	2739	2699	2638	2540
Industrial	55	55	60	58	57
Comercial	435	433	433	429	433
Rural	1722	1738	1800	1772	1791
Poderes Públicos	48	54	51	52	51
Iluminação Pública	115	114	108	107	106
Serviço Público	5	5	5	6	7
Consumo Próprio	2	2	2	2	2
Total	5203	5140	5158	5064	4987

Comportamento do mercado – Durante o período de janeiro a dezembro de 2019 a permissionária adquiriu um total de 36.494 MWh e distribuiu 33.837 MWh com um percentual de perda de 7,28%, ou seja, 2.408 MWh. O consumo de energia na área de atuação da permissionária apresentou em crescimento de 6,14% em relação a 2018.

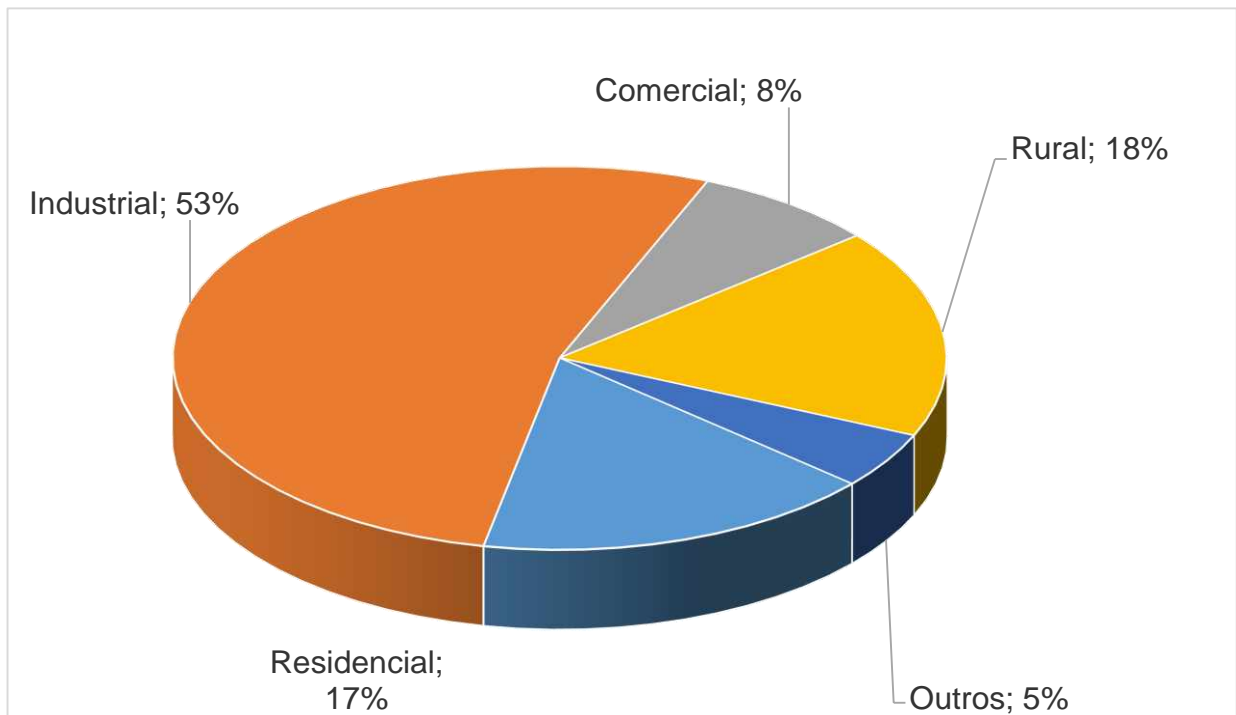
Balço Energético em MWh	Exercício				
	2019	2018	2017	2016	2015
Total da energia elétrica adquirida	36.494	34.184	34.447	33.434	33.234
Total da energia elétrica distribuída	33.837	32.000	32.451	30.452	31.011
Perdas	2.657	2.184	1.997	2.982	2.223
Percentual de perdas	7,28%	6,39%	5,80%	8,92%	6,69%

As classes que mais contribuíram para este crescimento foram a classe Rural, com um crescimento de 8,23% em relação ao ano de 2018, seguida da classe Industrial com um crescimento de 6,47% ao ano anterior e da classe residencial com um crescimento de 5,56%. As classes Poderes Públicos, Serviços Públicos e Iluminação Pública contribuíram com um crescimento de 3,53%. A classe comercial obteve um crescimento de 3,66. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo em MWh e sua variação no período:

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh

Classe	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	5.713	5.412	5.347	5.164	4.954
Industrial	18.099	16.998	17.329	15.876	16.757
Comercial	2.631	2.538	2.551	2.541	2.464
Rural	6.019	5.561	5.625	5.296	5.308
Poder Público	380	353	341	355	340
Iluminação Pública	1.016	1.044	1.033	1.006	979
Serviços Públicos	215	193	211	201	193
Consumo Próprio	13	13	13	14	14
Total	34.087	32.114	32.451	30.452	31.011
Variação	6,14%	-1,04%	6,56%	-1,80%	-2,74%

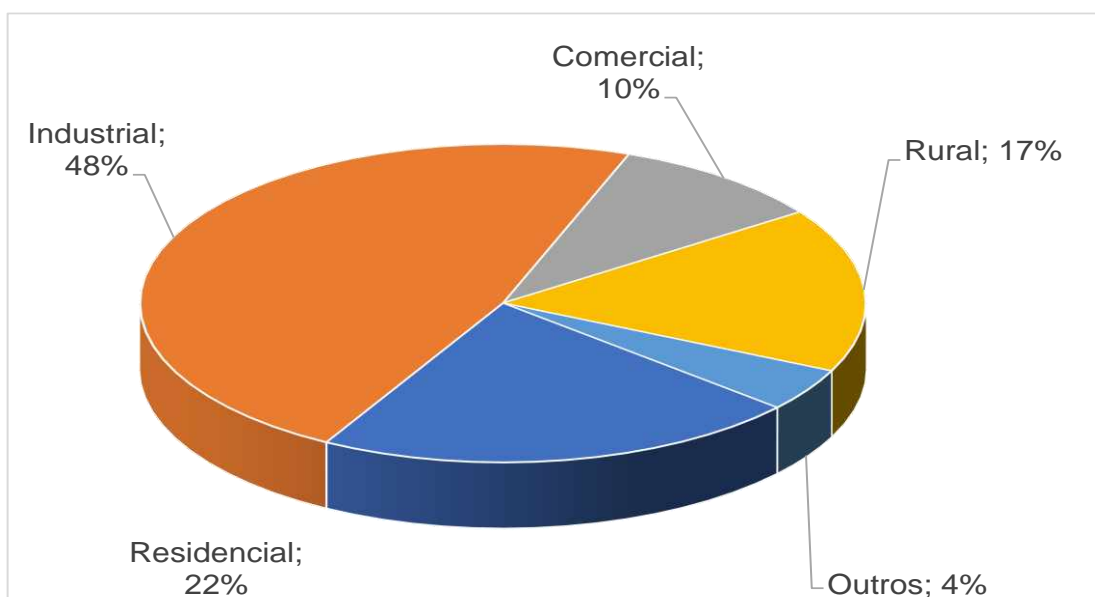
Consumo em MWh por Classe de Consumidores



Receita - A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício de 2019 importou em R\$ 14.885,73 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil					
Classe	2019		2018		%
Residencial	22%	3.228,24	22%	2.925,91	10,33
Industrial	48%	7.080,78	48%	6.405,78	10,54
Comercial	10%	1.433,67	10%	1.356,80	5,67
Rural	17%	2.490,70	16%	2.167,49	14,91
Outros	4%	652,35	5%	621,13	5,03
Total	100%	14.885,73	100%	13.477,11	10,45

Receita Líquida por classe de consumidores



Número de Consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2019, apresentou um crescimento de 1,23% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2019	2018	%
Residencial	2.821	2.739	2,99
Industrial	55	55	0,00
Comercial	435	433	0,46
Rural	1722	1738	-0,92
Outros	170	175	-2,86
Total	5.203	5.140	1,23

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2019, atingiu R\$ 484,53 / MWh, com aumento de 11,50% com relação a dezembro de 2018.

No ano de 2019 passamos pelo Reajuste Tarifário Periódico, onde as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a cooperativa solicitou teto da parcela.

As tarifas de aplicação da CEJAMA foram reajustadas em 30 de setembro de 2019, em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2019	2018
Residencial	578,28	538,06
Industrial	404,36	371,53
Comercial	557,46	540,26
Rural	428,38	389,37
Poder público	588,59	546,49
Iluminação Pública	329,56	312,93
Serviços Públicos	507,03	468,90
Consumo Próprio	584,38	546,28
Média Geral	450,11	416,70

Qualidade do Fornecimento - Dos indicadores apurados pela CEJAMA, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto CEJAMA e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2015	7,68	7,77	1,39
2016	11,65	8,79	1,08
2017	9,01	9,51	1,33
2018	27,52	12,46	0,93
2019	6,57	4,21	1,11

Atendimento ao Consumidor – A CEJAMA não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios do Município de Jacinto Machado se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEJAMA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. O religador automatizado está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi disponibilizado aos consumidores, um novo site da empresa, contendo informações e dicas de economia e cuidados. Foi criado um endereço de e-mail, especialmente para atendimento on-line aos consumidores, como emissão de segundas vias e esclarecimento de dúvidas. A Empresa investiu no aumento do seu parque tecnológico, com a implantação de duas linhas

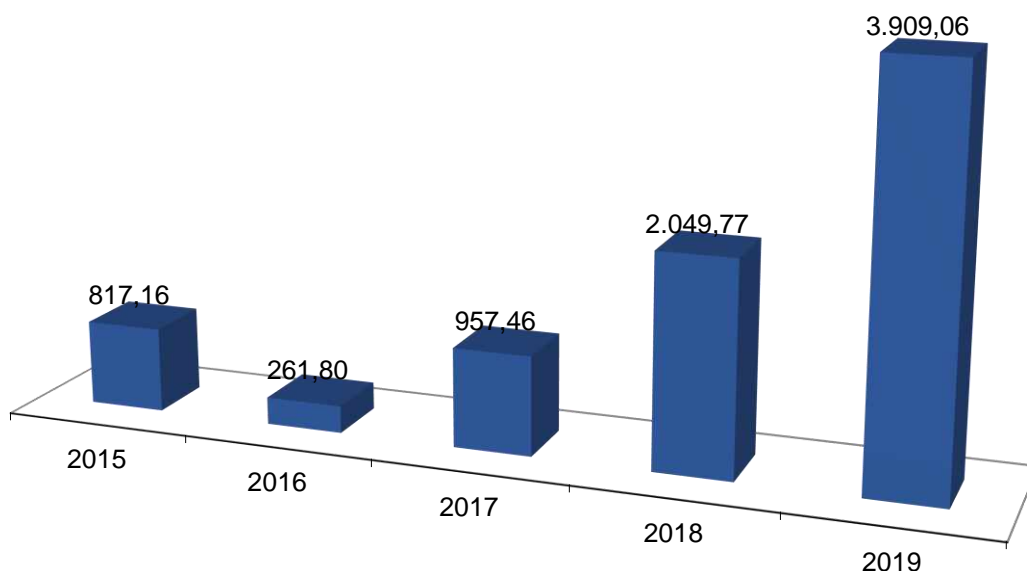
telefônicas para telefone da sede e os ramais internos, e a implantação da linha gratuita, o 0800, aumentando assim a agilidade no atendimento aos consumidores e em seus serviços.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2019, teve uma sobra de R\$ 3.320,25 (Reais/mil), contra uma sobra de R\$ 1.521,98 (Reais/mil) em 2018, ocasionando um aumento nas sobras na ordem de 118,15 %. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 17.588,26 (Reais/mil), superior em 14,38 % em relação a 2018, que foi de R\$ 15.377,20 (Reais/mil).

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3.909,06 (Reais/mil), superior em 90,70% a 2018, que foi de R\$ 2.049,77 (Reais/mil), conforme variação abaixo:

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária

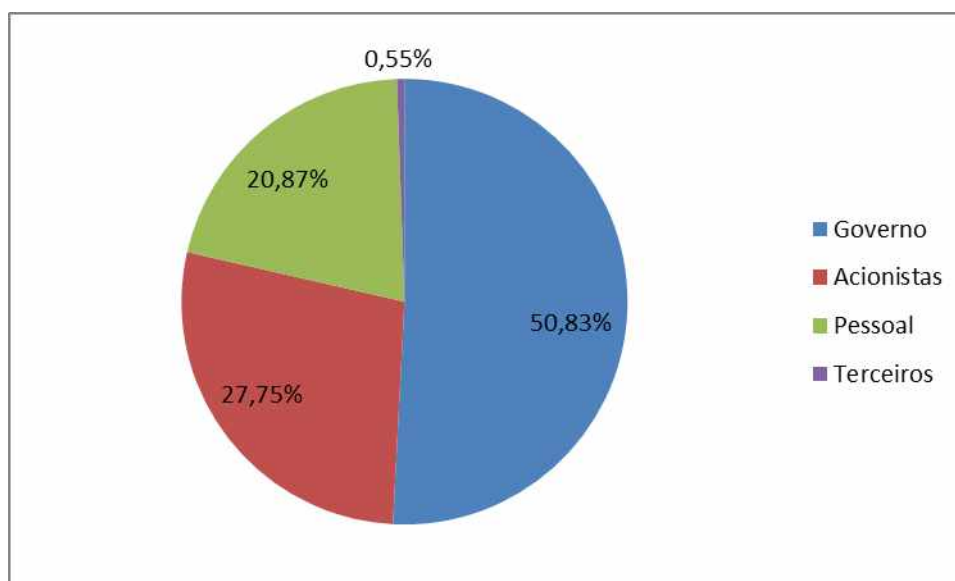


Investimentos: Em 2019, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 915,09 (Reais/mil).

Investimentos - R\$ mil			
	2019	2018	%
Obras de Geração		0,00	0,00
Obras de Transmissão		0,00	0,00
Obras de Distribuição	744,35	765,96	(2,82)
Obras	681,32	682,86	(0,23)
Ligações e Medições	63,03	83,1	(24,15)
Veículos	118,83	491,04	(75,80)
Equipamento Geral	51,91	9,00	476,78
Instalações Gerais			0,00
Edificações		0,00	0,00
Total	915,09	1.266,00	(27,72)

Captações de Recursos: Os investimentos de 2019 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2019, o valor adicionado a distribuir gerado como riqueza pela CEJAMA foi de R\$ 11.965,08 (Reais/mil), representando 50,60% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição.



Composição Acionária: O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R\$ 3.815,55 (Reais/mil), sendo **composto por 381.555 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 10,00 cada, com a seguinte composição:**

Cotistas	Cotas	%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Angelo Valdati Neto	1	0,0003
Adelar Machado de Oliveira	1	0,0003
Tiago Matias Vitali	1	0,0003
Wanderlei Luiz Amboni	1	0,0003
Nazareno Meister	1	0,0003
Agenor Bozello	1	0,0003
Fabiano Rosso Trombim	1	0,0003
Andreia Ronconi	1	0,0003
Agricio Abel Golçalves	1	0,0003
Valmir Possamai	1	0,0003
Pedro Casagrande	1	0,0003
CONSELHO FISCAL		
Charles Kuentzer	1	0,0003
Daniel De Souza	1	0,0003
João Batista De Almeida	1	0,0003
Quiliani Padilha Dos Santos	1	0,0003
João Paschoali	1	0,0003
Aderval Da Rosa	1	0,0003
TOTAL	17	0,0051
DEMAIS ASSOCIADOS	323.937	99,9949
TOTAL GERAL	323.954	100,00

Relações com o Mercado: A CEJAMA, com incentivo da OCESC/SESCOOP, participa de eventos, como o ENCONSEL, SENDI e outros, mantém contato com outras concessionárias /permissionárias e com as modificações do Setor Elétrico.

A CEJAMA objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos

entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico.

Sempre valorizando:

- A satisfação do cliente;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.
- O cooperativismo.

Gestão

Planejamento Empresarial: Esta Concessionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CEJAMA faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

A CEJAMA em Números

Atendimento	2019	2018	%
Número de consumidores	5.203	5.140	1,23
Número de empregados	30	31	(3,23)
Número de consumidores por empregado	173	166	4,60
Número de localidades atendidas	1	1	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00

Mercado	2019	2018	%
Área de concessão (Km ²)	430,0	430,0	0
Demanda máxima (MW)	7,865	7,288	7,92
Distribuição direta (GWh)	34,08	32,00	6,50
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.936,58	1.975,90	(1,99)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	450,11	416,7	8,02
Total			
Residencial	578,28	538,06	7,48
Industrial	404,36	371,53	8,84
Comercial	557,46	540,26	3,18
Rural	428,38	389,37	10,02
Poder Público	588,59	546,49	7,70
Iluminação Pública	329,56	312,93	5,31
Serviços Públicos	507,03	468,9	8,13
Suprimento	584,38	267,81	118,21
DEC (horas)	6,57	27,52	(76,13)
FEC (número de interrupções)	4,21	12,46	(66,21)

Operacionais	2019	2018	%
Número de usinas em operação	0	0	
Número de subestações	0	0	
Linhas de transmissão (Km)	0	0	
Linhas de distribuição (Km)	646,08	645,97	0,02
Capacidade instalada (MW)	24,19	21,2	14,10
Número de postos de arrecadação	0	0	

Receita operacional bruta (R\$ mil)		23.644,86	20.742,26	13,99
Receita operacional líquida (R\$ mil)		17.588,26	15.377,20	14,38
Margem operacional do serviço líquida (%)		34,44%	34,89%	(1,30)
EBITDA OU LAJIDA		3.909,06	2.049,77	90,71
Lucro líquido (R\$ mil)		3.320,25	1.521,98	118,15
Lucro líquido por mil cotas		10,26	3,98	157,79
Patrimônio líquido (R\$ mil)		14.702,50	12.568,95	16,97
Valor patrimonial por cota R\$		10,00	10,00	0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)		23,00%	12,00%	91,67
Endividamento do patrimônio líquido (%)		23,29%	20,18%	15,41
Em moeda nacional (%)		23,29%	20,18%	15,41
Em moeda estrangeira (%)		0,00%	0,00%	0,00

Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	3,36	3,04	0,105263
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.213,77	1.032,26	0,175837
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	7,00	6,23	0,123596
Retorno de Ativos por Unidade:	0,10	0,10	0

Balço Social

Recursos Humanos

Em 2019, a Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos ensinos: profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e, também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10, 11 e 12, Cursos nas Áreas Administrativas (Contábil e RH), Curso de Comunicação e Oratória, Palestras sobre Atendimento. Mantém convênios com Planos de Saúde, Medicina e Segurança do Trabalho.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEJAMA sempre contribui com os preparativos para o Natal, disponibilizando os funcionários para auxiliar na decoração da cidade.

CEJAMA promoveu o Dia de Cooperar (Dia C). Este ano o evento foi voltado para as crianças, sendo que, foram realizadas diversas atividades em comemoração ao dia das crianças. Foram disponibilizados diversos brinquedos, pintura facial, corte de cabelo, passeio de trenzinho pela cidade, palhaços, pipoca, algodão doce e servido um delicioso lanche. Passaram pela festa em torno de 1000 crianças acompanhadas de seus professores. Também participaram voluntários da área da saúde, realizando serviços gratuitos para a comunidade. O Dia de Cooperar (Dia C) é uma iniciativa das cooperativas brasileiras, que visa estimular o voluntariado. Realizando ações, que promovam a cultura, educação, responsabilidade socioambiental, saúde, esporte e lazer, entre outras. Assim, mostrando à comunidade o potencial de atuação das cooperativas no campo da Responsabilidade Social.

Neste ano de 2019, a CEJAMA investiu em cursos profissionalizantes para os associados. Com o projeto “Costurando o Futuro”, a CEJAMA proporcionou oportunidade de aprendizado e formação profissional totalmente gratuita para mulheres de Jacinto Machado. Já o projeto “Iluminando o Futuro”, trouxe a oportunidade de aprendizagem na

área elétrica para execução, manutenção e reparação de instalações elétricas prediais, residenciais e comerciais de baixa tensão.

CIPA CEJAMA: Os membros da CIPA na CEJAMA abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc... Fazem-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CEJAMA e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança. São promovidos através da CIPA: Treinamento para combate a incêndios, treinamento em primeiros socorros, palestras sobre saúde, palestras sobre novos equipamentos de segurança. Em novembro de 2019 foi realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho) com diversas atividades como: Reciclagem para Operador de Motosserra - NR 12, Reciclagem de Cesta Aérea - NR 12 e Reciclagem - NR 10.

Educação: A CEJAMA contribui com 50% das mensalidades de seus funcionários para o curso técnico em eletrotécnica, e 100% das despesas com cursos específicos promovidos pela Federação e pelo SESCOOP SC.

A) Demonstração do Balanço Social - 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019			2018		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			17.588,27			15.377,20
Lucro Operacional (LO)			3.320,25			1.521,99
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.475,53			1.657,53
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	167,4	11,35%	0,95%	164	9,89%	1,07%
Encargos sociais compulsórios	855,9	58,01%	4,87%	810,56	48,90%	5,27%
Entidade de previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	98,11	6,65%	0,56%	54,7	3,30%	0,36%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	13,83	0,94%	0,08%	18,55	1,12%	0,12%
Educação - Auxílio educação	0	0,00%	0,00%	0,13	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8,14	0,55%	0,05%	1,87	0,11%	0,01%
Auxílio creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

Outros Benefícios	18,35	1,24%	0,10%	32,95	1,99%	0,21%
Total	1161,73	78,73%	6,61%	1082,76	65,32%	7,04%
			% sobre			%sobre

3 - Indicadores sociais externos

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	79,67	2,40%	0,45%	9,84	0,65%	0,06%
Total de contribuições para a sociedade	79,67	2,40%	0,45%	9,84	0,65%	0,06%
Tributos - excluídos encargos sociais	32,21	0,97%	0,18%	32,21	2,12%	0,21%
Total	32,21	0,97%	0,18%	32,21	2,12%	0,21%

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
			% sobre			%sobre
4 - Indicadores ambientais						
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Progr. de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	30	31
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	12	12
Ensino médio	13	14
Ensino fundamental	5	5
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	8	9
De 30 até 45 anos (exclusive)	14	13
Acima de 45 anos	8	9
Admissões durante o período	0	3

Mulheres que trabalham na empresa	7	7
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	0	0
Negros que trabalham na empresa	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	26	34
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Maior remuneração	10,45	9,63
Menor remuneração	0,78	0,72
Acidentes de trabalho	0	3

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Balanco Patrimonial Societária

DESCRIÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	7.116.632,20	5.003.749,69
Caixa e Equivalentes a Caixa	3.287.711,26	2.002.298,47
Consumidores, Concessionários e Permissionários	2.895.844,91	2.487.419,73
Serviços em Curso	279.976,06	6.388,48
Tributos Compensáveis	139.247,50	89.334,12
Almoxarifado	241.342,05	173.585,78
Ativos Financeiros Setoriais	8.391,30	1.027,36
Despesas pagas antecipadamente	4.775,83	4.790,07
Outros Ativos Circulantes	259.343,29	238.905,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.309.668,95	10.346.191,05
Tributos Compensáveis	233.394,52	152.435,92
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	168.286,77	168.286,77
Outros Ativos Não Circulantes	3.610.151,61	3.368.030,21
<i>Imobilizado</i>	<i>2.568.998,14</i>	<i>2.609.924,10</i>
Em serviço	3.380.138,17	3.295.001,34
(-) Depreciação Acumulada	(815.494,90)	(689.507,34)
Em curso	4.354,87	4.430,10
Intangível	4.728.837,91	4.047.514,05
TOTAL DO ATIVO	18.426.301,15	15.349.940,74

DESCRIÇÃO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	3.424.918,82	2.537.039,19
Fornecedores	359.874,14	348.754,27
Obrigações Sociais e Trabalhistas	395.136,72	261.464,38
Tributos	907.564,28	944.581,72
Encargos Setoriais	735.045,23	435.224,93
Passivos Financeiros Setoriais	561.020,82	0,00
Outros Passivos Circulantes	466.277,63	547.013,89
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	298.879,00	243.955,81
Obrigações Vinculadas a Concessão	298.879,00	243.955,81
PATRIMONIO LIQUIDO	14.702.503,33	12.568.945,74
Capital Social	3.239.546,07	3.815.553,46
FATES	328.629,42	240.611,77
Fundo para Manutenção Aplicação em Melhorias	7.227.811,47	5.567.683,82
Reavaliação	1.544.771,61	1.544.771,61
Reserva de Equalização	59.020,88	59.020,88
Reserva Legal	1.140.634,53	808.609,00
Sobras a Disposição da AGO.	1.162.089,35	532.695,20
Total do Passivo	18.426.301,15	15.349.940,74

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Demonstração do Resultado do Exercício Societária

Descrição	2019	2018
01. Receita Operacional Bruta	23.644.860,42	20.742.265,21
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	19.572.888,46	17.159.692,70
(+) Outros Ingressos e Rendas	4.071.971,96	3.582.572,51
02. Dedução da Receita Bruta	(6.056.594,52)	(5.365.067,93)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(4.306.425,28)	(3.686.554,94)
(-) Encargos do Consumidor	(1.750.169,24)	(1.678.512,99)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	17.588.265,90	15.377.197,28
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(9.928.875,58)	(8.827.694,90)
05. Resultado Bruto da Comercialização de Energia	7.659.390,32	6.549.502,38
06. Despesas Operacionais	(4.487.803,24)	(5.144.142,11)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.497.094,10)	(2.887.618,51)
(-) Material	(275.815,56)	(290.604,67)
(-) Serviços de Terceiros	(698.161,28)	(454.334,06)
(-) Depreciações	(588.813,64)	(527.779,81)
(-) Seguros	(5.732,70)	(1.328,17)
(-) Despesas Tributárias	(24.890,67)	(28.971,07)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(66.332,09)	(98.437,82)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	41.297,57	(788.536,75)
(-) Outras Despesas Operacionais	(372.260,77)	(66.531,25)
07. Resultado Operacional (5+6)	3.171.587,08	1.405.360,27
09. Resultado Operacional Financeiro	148.668,21	116.626,04
(+) Receita de Aplicação Financeira	65.970,32	54.298,46

(+) Outras Receitas Financeiras	148.959,38	111.782,93
(-) Despesas Financeiras	(66.261,49)	(49.455,35)
10. Resultado Operacional	3.320.255,29	1.521.986,31
11. Imposto De Renda e Contribuição Social	-	-
Provisão para Imposto de renda	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-
13. Destinações Estatutárias	(2.158.165,94)	(989.291,11)
(-) Reserva Legal 10%	(332.025,53)	(152.198,63)
(-) Fates 05%	(166.012,76)	(76.099,32)
(-) Manutenção e Ampliação 50%	(1.660.127,65)	(760.993,16)
14. Sobras (Perdas) Liquidadas do Período (9+11+12)	1.162.089,35	532.695,20

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societária

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital					Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Reavaliação	Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2018	3.669.235,89	1.544.771,61	59.020,88	656.410,37	186.117,80	4.806.690,66	151.237,47	11.073.484,68
MUTAÇÕES EM 2019	146.317,57			152.198,63	54.493,97	760.993,16	381.457,73	1.495.461,06
Integralização de Capital	160.791,62							160.791,62
Capital a Realizar	151.237,47						(151.237,47)	
Devolução de Capital	(165.711,52)							(165.711,52)
Incorporação das Sobras								
Reversão de Reservas					(21.605,35)			(21.605,35)
Resultado do Exercício							1.521.986,31	1.521.986,31
Destinações				152.198,63	76.099,32	760.993,16	(989.291,11)	
SALDO EM 31/12/2018	3.815.553,46	1.544.771,61	59.020,88	808.609,00	240.611,77	5.567.683,82	532.695,20	12.568.945,74
MUTAÇÕES EM 2019	(576.007,39)			332.025,53	88.017,65	1.660.127,65	629.394,15	2.133.557,59
Integralização de Capital	18.227,99							18.227,99
Capital a Realizar								
Devolução de Capital	(594.235,38)						(532.695,20)	(1.126.930,58)
Incorporação das Sobras								
Reversão de Reservas					(77.995,11)			(77.995,11)
Resultado do Exercício							3.320.255,29	3.320.255,29
Destinações				332.025,53	166.012,76	1.660.127,65	(2.158.165,94)	
SALDO EM 31/12/2019	3.239.546,07	1.544.771,61	59.020,88	1.140.634,53	328.629,42	7.227.811,47	1.162.089,35	14.702.503,33

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Societária

Descrição	2019	2018
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.320.255,29	1.521.986,31
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.320.255,29	1.521.986,31
2 - Ajuste Por	(81.759,34)	86.332,95
Reintegração Acumulada	125.987,56	35.867,47
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores, Concessionários e Permissionários	(408.425,18)	(3.781,35)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(273.587,58)	(382,85)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(49.913,38)	(15.037,38)
(Aumento) ou Diminuição de Almoarifado	(67.756,27)	(22.555,20)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(7.363,94)	(441,39)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	14,24	(4.544,89)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(20.437,61)	48.818,93
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(80.958,60)	7.330,02
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Atividades Não Vinculadas À Concessão E Permissão Do	0,00	(3.002,11)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(242.121,40)	(444.920,88)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	11.119,87	(7.489,26)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	133.672,34	(230.064,31)
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	(37.017,44)	577.162,41
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	299.820,30	(44.955,66)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	561.020,82	(8.654,29)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(80.736,26)	201.481,39
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	54.923,19	1.502,30
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	3.238.495,95	1.608.319,26
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(748.157,47)	(67.254,01)
Ativo Imobilizado / Intangível	(766.385,46)	(62.334,11)
Integralização de Capital	18.227,99	(4.919,90)
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(1.204.925,69)	(21.605,35)
Utilização das Reservas	(77.995,11)	(21.605,35)
Reversão de Capital	(1.126.930,58)	0,00
6 - Variação no Caixa (3+4+5)	1.285.412,79	1.519.459,90
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.285.412,79	1.519.459,90
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.002.298,47	482.838,57
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.287.711,26	2.002.298,47

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2019, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2020.

A Administração.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO

CGC/MF: 85.665.990/0001-30

AV. PADRE HERVAL FONTANELLA, 443 – CENTRO

JACINTO MACHADO – SANTA CATARINA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado, Daniel de Souza – Coordenador; Charles Kuentzer - Secretário e demais membros: João Pascoali , Quiliani Padilha dos Santos, Aderval da Rosa e João Batista de Almeida, nos reunimos mensalmente nas reuniões ordinárias e em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, fiscalizamos, analisamos, verificamos a documentação mensal, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, como também o Relatório da Diretoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício de 2019. Percebemos uma Cooperativa (CEJAMA) que se pautou em um serviço de qualidade, com responsabilidade, idoneidade e sobretudo voltada à transparência em seus atos administrativos e burocráticos, conforme o Estatuto Social, ao que expressamos nossas congratulações e votos de sucesso sempre com este espírito de seriedade e lisura em todo o processo.

Portanto, emitimos o presente parecer no sentido de ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis.

Jacinto Machado (SC), 24 de Março de 2020.



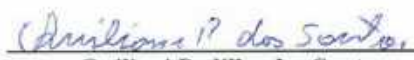
Daniel de Souza
Coordenador



Charles Kuentzer
Secretário



João Pascoali
Membro



Quiliani Padilha dos Santos
Membro



Aderval da Rosa
Membro



João Batista de Almeida
Membro

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA
Av. Padre Herval Fontanella, nº 443, Jacinto Machado – SC – CNPJ 85.665.990/0001-30

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores Expressos em Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a **CEJAMA** está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas

No decorrer do exercício social de 2019 a **CEJAMA** realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

Conclusão do Processo de Regularização - O processo de regularização de cooperativa foi concluído no exercício de 2008, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.631 de 21 de outubro de 2008 - ANEEL de 28 de novembro de 2008 mediante a assinatura do mesmo.

Prazo da permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato. O prazo de permissão passou a ser de 30 anos, conforme o § 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, incluído pela Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009.

Objetivo da permissão – Exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

Áreas de permissão – A CEJAMA terá sua atuação delimitada aos municípios de Ermo, Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

Mesmo tendo iniciadas providências antes da efetiva regulamentação, o contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar as posições econômicas e financeiras atualmente apresentadas.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC ITG 1.000, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 23 de outubro de 2019.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações

emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEJAMA** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

▪ Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

▪ Consumidores à Receber

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2019, contabilizado com base no regime de competência.

▪ Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos, estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, liquidados de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidadas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

- **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEJAMA, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) "Contratos de Construção" e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

- **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos que compõe o Caixa e Equivalentes de Caixa estão alocados nas aplicações financeiras e contas correntes e no saldo geral do grupo houve um aumento de 64,20%, representando R\$ 1.285.412,79 a maior que o período anterior.

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
CAIXA	2.210.004,43	1.097.904,78
CONTAS BANCÁRIAS À VISTA	2.173.826,95	1.064.489,76
BANCO DO BRASIL S.A	1.086.313,34	561.735,55
CREDIJA C/C	1.076.171,55	501.500,80
CREDIJA C/C 1960-7 RES. 20	11.342,06	1.253,41
FUNDOS DE CAIXA	201,76	283,28
FUNDO FIXO DE CAIXA	201,76	283,28
NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	35.975,72	33.131,74
CREDIJA - TRÂNSITO	33.101,21	33.131,74
BANCO DO BRASIL - TRÂNSITO	2.874,51	0,00
EQUIVALENTES DE CAIXA	1.077.706,83	904.393,69
BANCO DO BRASIL S.A	130.571,34	716.241,55
CREDIJA - APLICAÇÕES	508.127,17	0,00
APLICACAO FINANCEIRA CREDIJA 1960-7 RES. 20	10.854,47	6.083,22
CRESOL - APLICAÇÕES	428.153,85	182.068,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.287.711,26	2.002.298,47

NOTA 06 – CONSUMIDORES

Os saldos referentes aos Consumidores estão a seguir demonstrados, as maiores variações ocorreram nas classes, Industrial e Iluminação Pública, no caso da Classe de Iluminação Pública foi realizada a baixa de créditos com impossibilidade de cobrança e, conseqüentemente o saldos da PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) também sofreram variação negativa.

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
FORNECIMENTO	2.675.587,55	2.148.458,16
RESIDENCIAL	419.583,22	343.551,15
INDUSTRIAL	961.575,05	723.264,41
COMERCIAL	198.504,28	178.631,12
RURAL	590.299,63	354.771,98
PODERES PÚBLICOS	9.278,10	25.419,74
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	32.508,12	29.110,97
(-) PROV. PARA CRÉD. DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(53.237,29)	(45.000,19)
NÃO FATURADO	517.076,44	538.708,98
SERVIÇOS COBRÁVEIS	7.198,70	7.145,06
TAXA DE RELIGAÇÃO	5.328,89	4.526,26
SERVIÇO TAXADO	2.786,23	3.032,80
(-) PROV. PARA CRÉD. DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(916,42)	(414,00)
(-) ARREC. EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	1.556,67	1.725,18
PARCELAMENTOS	178.214,48	319.184,74
RESIDENCIAL	15.169,60	13.302,28
INDUSTRIAL	170.956,59	309.662,22
COMERCIAL	495,31	2.073,12
RURAL	1.055,49	2.094,22
(-) PROV. PARA CRÉD. DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(9.462,51)	(7.947,10)
OUTROS	33.287,51	10.906,59
MULTAS E ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS	16.534,24	8.749,27
SERVIÇOS PRESTADOS	17.542,03	2.766,50
PROVISÃO - OUTROS CRÉDITOS	(788,76)	(609,18)
CONSUMIDORES	2.895.844,91	2.487.419,73

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – SERVIÇOS EM CURSO

O grupo dos Serviços em Curso estão com seus saldos demonstrados a seguir, a variação positiva em 2019 se refere às ODS de manutenção de redes que se mantiveram em aberto na virada do exercício.

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
ODS MANUTENÇÃO DE REDES	25.804,67	6.007,59
ODS PEE	254.056,00	0,00
ODS DJUNTORES	115,39	380,89
SERVIÇO PRÓPRIO	279.976,06	6.388,48

NOTA 08 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

No exercício de 2019 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
TRIBUTOS FEDERAIS	84.890,61	73.707,58
IR A COMPENSAR	62.074,92	52.868,27
IMPOSTOS RETIDOS POR ORGÃOS FEDERAIS	22.815,69	20.839,31
TRIBUTOS ESTADUAIS	54.356,89	15.626,54
ICMS A RECUPERAR	43.794,56	0,00
ICMS S/ COMPRA PARA O A.I.S.	10.562,33	15.626,54
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	139.247,50	89.334,12

NOTA 09 – ALMOXARIFADOS

No exercício de 2019 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	241.312,16	173.257,33
MATERIAL SUCATEADO (SUCATA)	38,20	336,76
COMPRAS EM CURSO	(8,31)	(8,31)
ALMOXARIFADO OPERACIONAL	241.342,05	173.585,78

NOTA 10 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

No exercício de 2019, após a revisão tarifária, foram registradas as variações financeiras setoriais ativas, conforme demonstramos:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A	1.019,57	1.027,36
SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS S/A	7.371,73	0,00
ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	8.391,30	1.027,36

NOTA 11 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

No exercício de 2019 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação, conforme demonstrado a seguir:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	245,18	245,18
PROINFA PAGAMENTO ANTECIPADO	4.530,65	4.544,89
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	4.775,83	4.790,07

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos que compõe o grupo dos Outros Ativos Circulantes estão demonstrados a seguir:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
CRÉDITOS A RECEBER	242.371,69	233.286,31
ADIANTAMENTO SALÁRIO	20.111,24	15.731,77
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	18.464,80	11.123,62
FECOERUSC- ASSIS. TÉCNICA DO EXTREMOSUL	5.000,00	5.000,00
ADIANTAMENTO CABAL - VALE ALIMENTAÇÃO	1.287,40	1.287,40
RICHARDES MACHADO MEDEIROS ME	4.252,23	5.772,23
JOAO EDWARD PATEL	18.000,00	0,00
PARCELAMENTOS CONCEDIDOS	2.541,79	3.404,38
PARCELAMENTO DE CHEQUES	578,41	578,41
JULIANO MIGUEL DE MEDEIROS ME	0,00	1.830,00
SERVIÇO DE MAN. DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	20.491,02	2.941,12
ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS	57.184,71	18.004,38
AÇÕES DELEGADAS SESCOOP	0,00	137,06
HOSPITAL SAO ROQUE	4.000,00	4.000,00
CHEQUES EM COBRANÇA	96.195,93	96.195,93
CRÉDITO DE ALUGUÉIS DE POSTES	(5.735,84)	65.540,01
APARECIDO ANGELO ZANCHETTA	0,00	1.740,00
DESATIVAÇÕES E ALIENAÇÕES	16.971,60	5.619,37
DESATIVAÇÕES EM CURSO	16.971,60	5.619,37
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	259.343,29	238.905,68

NOTA 13 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os saldos do Ativo Não Circulante dos exercícios de 2019 e 2018, estão demonstrados conforme segue:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
ICMS SOBRE AIS	233.394,52	152.435,92
DEPOSITO JUDICIAL	1.030,20	1.030,20
BENS E DIREITOS PARA USO FUTURO	(384,80)	(384,99)
PARCELAMENTOS DE CHEQUES	102,09	102,09
ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO	3.609.404,12	3.367.282,91
FECOERUSC	6.615,44	6.615,44
CREDIJA	156.471,33	156.471,33
GERACOOOP	5.000,00	5.000,00
CRESOL	200,00	200,00
IMOBILIZADO	3.902.098,09	3.210.403,28
INTANGÍVEL	3.395.737,96	3.447.034,87
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.309.668,95	10.346.191,05

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05, onde:

"De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos."

As obrigações especiais não são mais redutoras do ativo imobilizado regulatório, desde a versão do MCSE de 2015.

Desdobramos os valores do Ativo Imobilizado e Intangível, segregando em valor contábil, depreciação e valor residual.

a) Distribuição

Em Reais

Descrição	2019			2018
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	1.059.859,82	(163.721,09)	896.138,73	663.518,29
Terrenos	114.000,00		114.000,00	114.000,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	17.473,99	(4.461,11)	13.012,88	13.594,76
Máquinas E Equipamentos	0,00	946,51	946,51	0,00
Veículos	824.742,67	(120.282,67)	704.460,00	488.078,65
Móveis e Utensílios	103.643,16	(39.923,82)	63.719,34	47.844,88
Imobilizado Em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas E Equipamentos	572.961,12	0,00	572.961,12	47.794,92
Material Em Depósito	760.138,83	0,00	760.138,83	549.569,02
Transferência ICPC 05	(1.333.099,95)	0,00	(1.333.099,95)	(597.363,94)
TOTAIS	1.059.859,82	(163.721,09)	896.138,73	663.518,29

b) Administração

Em Reais

Descrição	2019			2018
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	2.320.278,35	(651.773,81)	1.668.504,54	1.941.975,71
Terrenos	652.000,00	0,00	652.000,00	652.000,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	703.987,99	(144.292,81)	559.695,18	565.338,60
Máquinas E Equipamentos	183.944,53	(151.432,76)	32.511,77	12.271,89
Veículos	735.323,84	(319.826,85)	415.496,99	702.079,29
Móveis e Utensílios	45.021,99	(36.221,39)	8.800,60	10.285,93
Imobilizado Em Curso	4.354,87	0,00	4.354,87	4.430,10
Edificações, Obras Cíveis E Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas E Equipamentos	4.354,87	0,00	4.354,87	4.430,10
TOTAIS	2.324.633,22	(651.773,81)	1.672.859,41	1.946.405,81

c) Intangível

Em Reais

Descrição	2019			2018
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Ativo Intangível da Permissão	3.394.628,51		3.394.628,51	3.445.925,42
Ativo Intangível em Curso	1.333.099,95		1.333.099,95	600.479,18
Software	15.460,97	(14.351,52)	1.109,45	1.109,45
Total	4.743.189,43	(14.351,52)	4.728.837,91	4.047.514,05

Está sendo aplicada a instrução do Conselho de Pronunciamentos Contábeis, ICPC01 e OCPC05. Transferindo os saldos no imobilizado para Ativo Financeiro e Intangível conforme cálculo de depreciação estimada até o final do período de permissão.

NOTA 14 - FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
CELESC Distribuições S/A	307.566,65	288.841,62
Materiais e Serviços	49.327,94	59.912,65
FORNEEDORES	359.874,14	348.754,27

NOTA 15 – ORIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

No exercício de 2019, os saldos das Obrigações Sociais e Trabalhistas sofreram variação positiva quando comparados com o exercício anterior, as contas que causaram essa maior variação foram os ajustes de Provisão de Férias e Salários a Pagar, conforme demonstrado:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
FOLHA DE PAGAMENTO LÍQUIDA	361.657,75	231.835,17
PROVISÃO DE ENCARGOS SOBRE FÉRIAS	90.853,26	67.605,24
SALÁRIOS A PAGAR	82.784,51	0,00
PRO LABORE A PAGAR	7.154,17	7.071,90
PROVISÃO PARA FÉRIAS	180.865,81	157.158,03
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	30.706,06	26.866,50
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	13.693,60	12.088,21
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO (0561)	15.343,31	13.299,21
IRRF SEM VINCULO EMPREGATÍCIO (0588)	1.669,15	1.479,08
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL MENSAL	870,78	860,28
OUTROS	1.902,13	1.902,43
PROVISÃO DE ENCARGOS SOBRE 13O. SALÁRIO	0,00	0,30
RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO	1.902,13	1.902,13
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	395.136,72	261.464,38

NOTA 16 – TRIBUTOS

No exercício de 2019, quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos apresentaram variação relevante por conta do parcelamento do PIS-COFINS, conforme demonstrado a seguir:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
TRIBUTOS FEDERAIS	59.081,50	60.204,58
FGTS A PAGAR	14.671,13	13.981,24
INSS EMPRESA A PAGAR	42.502,54	44.352,00
IRRF SOBRE TERCEIROS (1708)	12,51	24,60
PIS A PAGAR (8301)	1.842,73	1.757,64
PIS/ COFINS/ CSLL À PAGAR (5952)	52,59	89,10
TRIBUTOS ESTADUAIS	363.811,74	345.059,73
ICMS A PAGAR	363.811,74	345.059,73
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	484.617,14	539.317,41
PARCELAMENTO REFIS PIS/COFINS	484.617,14	539.317,41
TRIBUTOS	907.510,38	944.581,72

NOTA 17 – PROVISAO PARA LITIGIOS

Em 2019 os saldos de valores provisionados referentes a possíveis perdas oriundas de causas trabalhistas e cíveis:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Causas Trabalhistas	0,00	120.000,00
Causas Cíveis	25.000,00	25.000,00
PROVISAO PARA LITIGIOS	25.000,00	145.000,00

NOTA 18 – ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos dos Passivos referentes aos Encargos Setoriais dos exercicios de 2019 e 2018, estão demonstrados conforme segue:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
F.N.D.C.T	706,35	706,35
P&D	54.349,98	54.349,98
PEE	195.670,18	184.213,03
Bandeiras Tarifarias	271.285,06	33.630,37
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	213.033,66	162.325,20
ENCARGOS SETORIAIS	735.045,23	435.224,93

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
SOBRAS A DISTRIBUIR	1.085,80	0,00
CAPITAL SOCIAL A RESTITUIR	559.935,02	0,00
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	561.020,82	0,00

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
PAGAMENTO EM DUPLICIDADE	2.136,89	2.458,62
BÔNUS ITAIPU	605,29	588,21
CREDORES DIVERSOS MICROGERAÇÃO	214.834,75	212.823,97
HOSPITAL SÃO ROQUE	11.465,00	50.652,00
APAE	873,00	948,00
CONSUMIDORES - DEPÓSITOS	43.021,94	43.021,94
CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	32.251,34	32.282,29
ASSOC. COM. IRMÃ URSULA HEIDEMANN	31.613,00	29.233,00
GÁVEA TENIS CLUBE	1.537,50	952,82
FINANC. DE FUNCIONÁRIOS EM CONSIGNAÇÃO	2.545,86	3.821,49
PENSÃO ALIMENTÍCIA	180,00	180,00
OUTROS DÉBITOS/CRÉDITOS FATURA	8.227,51	7.323,76
PLANO DE SAÚDE SÃO JOSÉ	10.329,69	3.477,10
OUTRAS - EMPRESTIMO COMPULSÓRIO	807,70	807,70
TAXA DE FISC. DE SERVIÇO DE ENER. ELÉTRICA	5.749,02	3.454,09
ADIANTAMENTO DE TERCEIROS	3.062,23	3.062,23
PROGRAMA ODONTOLÓGICO	(150,00)	152,86
DEPOSITO NÃO IDENTIFICADO	6.773,81	6.773,81
COOPERJÁ ICMS	65.363,10	0,00
ACIJAM CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	50,00	0,00
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	441.277,63	402.013,89

Os saldos referentes aos demais créditos de Outros Passivos não Circulantes são compostos por créditos de entidades conveniadas que realizam cobrança de seus créditos através das faturas aos associados.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

Conforme determina a legislação regulatória, as receitas de ultrapassagem de demanda estão registradas no grupo de Obrigações Vinculadas a Concessão, conforme demonstrado:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.299,15	20.019,00
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	25.814,71	25.814,71
ULTRAPASSAGEM DEMANDA	251.765,14	198.122,10
OBRIG. VINCULADAS À PERMISSÃO	298.879,00	243.955,81

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Capital Social Integralizado está representado pela participação de 5.013 (cinco mil e treze) associados, atingindo o montante de R\$ 3.239.546,07 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sete centavos) para 2019 e R\$ 3.815.553,46 (três milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) para 2018.

b) Das Reservas

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
RESERVAS DE CAPITAL	6.597.930,36	6.675.925,47
RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	59.020,88	59.020,88
FUNDO DE RESERVA LEGAL	808.609,00	808.609,00
FATES	162.616,66	240.611,77
FUNDO MANUT.APLIC. E MELHORIAS	5.567.683,82	5.567.683,82
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	1.544.771,61	1.544.771,61
REAVALIAÇÃO	1.544.771,61	1.544.771,61
TOTAL DAS RESERVAS	8.142.701,97	8.220.697,08

c) Do Resultado a Disposição da AGO

A legislação cooperativista por meio da Lei 5.764/71 prevê a obrigatoriedade de criação de pelo menos dois fundos, são eles:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Além dos fundos legalmente constituídos, a CEJAMA tem o fundo estatutário referente a Manutenção, Ampliação, Melhorias e Geração constituído de 50% das sobras, conforme Art. 56 do Estatuto Social.

O resultado das operações com associados em 2019 alcançou a rubrica de R\$ 3.320.255,29, deste valor foram deduzidos as reservas legais e estatutárias, que somam R\$ 2.158.165,94, resultando para a deliberação da assembleia o valor de **R\$ 1.162.089,35**.

Descrição	2019	2018
Resultado do Exercício	3.320.255,29	1.521.986,31
Destinações Estatutárias		
(-) Reserva Legal 10%	(332.025,53)	(152.198,63)
(-) Fates 05%	(166.012,76)	(76.099,32)
(-) Manutenção e Ampliação 50%	(1.660.127,65)	(760.993,16)
Sobras Líquidas do Período	1.162.089,35	532.695,20

Em Reais

NOTA 23 – INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes às "Receitas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	2019	2018
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	3.955.222,36	3.476.979,50
Industrial	9.752.387,29	8.415.491,38
Comercial, Serviços e Outras Atividades	1.950.194,61	1.823.833,77
Rural	3.111.926,03	2.592.490,57
Poder Público	286.910,49	246.591,54
Iluminação Pública	446.484,45	435.606,09
Serviço Público	145.038,81	120.946,18
Fornecimento - Não Faturado	(21.632,54)	51.280,94
(-) Transferência p/ TUSD de Consumidores Cativos	(9.074.486,41)	(7.767.321,72)
Tarifa de Uso do Sistema De Distribuição - TUSD	9.020.843,37	7.767.321,72
Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	0,00	(3.527,27)
Sub-Total	19.572.888,46	17.159.692,70
Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas	89.757,30	84.909,67
Serviço Taxado	525.176,95	33.410,17
Demais Receitas e Rendas	3.457.037,71	3.464.252,67
Sub-Total	4.071.971,96	3.582.572,51
Total da Receita Operacional Bruta	23.644.860,42	20.742.265,21

Em Reais

NOTA 24 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às "Deduções da Receita Operacional", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Conta	2019	2018
(-) Impostos e Contr. sobre os Ingressos	(4.306.425,28)	(3.686.554,94)
(-) Encargos do Consumidor	(1.750.169,24)	(1.678.512,99)
Total Deduções da Receita	(6.056.594,52)	(5.365.067,93)

NOTA 25 – CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos "Custos e Despesas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
CUSTOS	(9.928.875,58)	(8.827.694,90)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(9.928.875,58)	(8.827.694,90)
DESPESAS	(4.487.803,24)	(5.144.142,11)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.497.094,10)	(2.887.618,51)
(-) Material	(275.815,56)	(290.604,67)
(-) Serviços de Terceiros	(698.161,28)	(454.334,06)
(-) Depreciações	(588.813,64)	(527.779,81)
(-) Seguros	(5.732,70)	(1.328,17)
(-) Despesas Tributárias	(24.890,67)	(28.971,07)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(66.332,09)	(98.437,82)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	41.297,57	(788.536,75)
(-) Outras Despesas Operacionais	(372.260,77)	(66.531,25)

NOTA 26 – DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao "Resultado Financeiro", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receitas Financeiras	214.929,70	166.081,39
Rendas de Aplicação financeira	65.970,32	54.298,46
Acréscimo Moratório Fatura Energia	81.674,88	68.212,89
Outras Receitas Financeiras	48.204,31	34.266,55
Ganhos com participações Societárias	19.080,19	9.303,49
Despesas Financeiras	(66.261,49)	(49.189,99)
Tarifas Bancárias	(1.156,00)	(1.106,00)
Descontos Concedidos	(4.009,54)	(55,26)
Juros e Multas de Mora	(1.584,45)	(11.595,35)
Correção SELIC	(11.457,15)	(18.103,79)
Multas de Transito	(444,49)	(312,39)
Outras Despesas Financeiras	(47.609,86)	(18.017,20)
RESULTADO FINANCEIRO	148.668,21	116.891,40

NOTA 27 – PASSIVOS CONTINGENTES

A CEJAMA foi notificada pela Receita Federal em 05 de Dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Integração Social – PIS, e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre a receita bruta, com base nas leis 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001, pelas Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999, 247 de 21 de novembro de 2002, e 358 de 09 de setembro de 2003, que estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS, são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

A Cooperativa, através de sua assessoria jurídica, interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, em 21 de Dezembro de 2006, requerendo nulidade total do Ato Fiscal. A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e da COFINS. Como não pratica tais operações não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições, eventuais efeitos contrários ao entendimento da administração serão integralmente reconhecidos no resultado do exercício na data da sua ocorrência tempestiva.

Em 18/04/2017 a CEJAMA foi notificada pela Receita Federal, mediante intimação 040/2017, referente ao processo 11516-003.532/2006-17 a pagar o valor do anexo do documento citado. Tendo em vista que o prazo para adesão ao PERT (Programa Especial de Recuperação Tributária) estava em vigor, a CEJAMA aderiu ao mesmo onde realizou pagamentos referentes à notificação citada, conforme Nota Explicativa 16 há o valor de R\$ 539.317,41 a ser recolhido de forma parcelada.

Jacinto Machado, SC 31 de dezembro de 2019.


ADELAR MACHADO DE OLIVEIRA
Presidente da Cejama (ee)
CPF: 741.936.439-72


ADEODATO TRAMONTIN
Contador da Cejama
CPF: 520.617.609-53
CRC/SC 015639/O-1

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA

JACINTO MACHADO - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 28 de fevereiro de 2020.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



Relatório Anual Regulatório 2019

Jacinto Machado, abril de 2019

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Balço Patrimonial Regulatório

DESCRIÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	7.116.644,57	5.003.762,06
Caixa e Equivalentes a Caixa	3.287.711,26	2.002.298,47
Consumidores, Concessionários e Permissionários	2.895.844,91	2.487.419,73
Serviços em Curso	279.976,06	6.388,48
Tributos Compensáveis	139.247,50	89.334,12
Almoxarifado	241.342,05	173.585,78
Ativos Financeiros Setoriais	8.403,67	1.039,73
Despesas pagas antecipadamente	4.775,83	4.790,07
Outros Ativos Circulantes	259.343,29	238.905,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.671.523,61	13.054.656,35
Tributos Compensáveis	233.394,52	152.435,92
Outros Ativos Não Circulantes	747,49	747,30
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	168.286,77	168.286,77
<i>Imobilizado</i>	13.266.924,28	12.731.015,81
Intangível	2.170,55	2.170,55
Total do Ativo	20.788.168,18	18.058.418,41
DESCRIÇÃO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	3.416.210,63	2.528.384,90
Fornecedores	359.874,14	348.754,27
Obrigações Sociais e Trabalhistas	395.136,72	261.464,38
Tributos	907.510,38	944.581,72
Encargos Setoriais	735.045,23	435.224,93
Provisão para Litígios	(8.654,29)	(8.654,29)
Passivos Financeiros Setoriais	25.000,00	145.000,00
Outros Passivos Circulantes	1.002.298,45	402.013,89
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	17.371.957,55	15.530.033,51
Obrigações Vinculadas a Concessão	298.932,90	243.955,81
PATRIMONIO LIQUIDO	17.073.024,65	15.286.077,70
Capital Social	2.989.798,30	3.565.805,69
Reservas de capital	8.433.591,39	6.528.162,73
Outros resultados abrangentes	4.581.637,54	4.659.414,08
Sobras a Disposição da Assembleia	1.067.997,42	532.695,20
Total do Passivo	20.788.168,18	18.058.418,41

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receita / Ingresso	23.119.683,4C	20.657.355,54C
Fornecimento de energia elétrica	10.498.402,0C	9.392.370,98C
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.074.486,41C	7.767.321,72C
Serviços cobráveis	89.757,30C	69.321,68C
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido	3.457.037,71C	3.428.341,16C
Tributos	4.306.425,28D	3.686.554,94D
ICMS	4.303.935,06D	3.684.759,34D
ISS	2.490,22D	1.795,60D
Encargos - Parcela "A"	1.750.169,24D	1.678.512,99D
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	1.258.625,94D	956.411,36D
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	34.348,52D	36.639,09D
Outros encargos	457.194,78D	685.462,54D
Receita líquida / Ingresso líquido	17.063.088,9C	15.292.287,61C
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	9.928.875,58D	8.827.694,90D
Energia elétrica comprada para revenda	9.928.875,58D	8.827.694,90D
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.134.213,37C	6.464.592,71C
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	4.390.624,09D	4.972.110,89D
Pessoal e administradores	2.497.094,10D	2.887.618,51D
Material	275.815,56D	290.604,67D
Serviços de terceiros	698.161,28D	454.334,06D
Arrendamentos e aluguéis	0,00	11.437,09D
Seguros	5.732,70D	1.328,17D
Doações, contribuições e subvenções	66.332,09D	98.294,41D
Provisões	41.297,57C	788.536,75D
(-) Recuperação de despesas	11.536,16C	149.681,77C
Tributos	24.890,67D	28.971,07D
Depreciação e amortização	857.647,74D	527.779,81D
Gastos diversos	17.783,68D	32.888,12D
Outras receitas operacionais	525.176,95C	84.909,67C
Outras despesas operacionais	366.013,25D	172.031,22D
Resultado da Atividade	2.902.752,98C	1.405.360,27C
Resultado Financeiro	148.668,21C	116.626,04C
Despesas financeiras	66.261,49D	49.455,35D
Receitas financeiras	214.929,70C	166.081,39C
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.051.421,19C	1.521.986,31C
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	3.051.421,19C	1.521.986,31C
Destinações Estatutárias	1.983.423,77D	989.291,10D
FATES	152.571,06D	76.099,32D
Reserva Legal	305.142,12D	152.198,63D
Reserva de Manutenção e Ampliação	1.525.710,60D	760.993,15D
SOBRAS REGULATÓRIAS	1.067.997,42C	532.695,21C

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital					Sobras Regulatórias	Totais
		Reavaliação	Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2017	3.419.488,12	4.999.372,43	59.020,88	633.677,64	174.751,44	4.693.027,01	151.237,47	14.130.574,99
MUTAÇÕES EM 2018	146.317,57	(339.958,35)		152.198,63	54.493,97	760.993,16	381.457,73	1.155.502,71
Integralização de Capital	158.291,62						(151.237,47)	7.054,15
Capital a Realizar								
Devolução de Capital	(11.974,05)							(11.974,05)
Incorporação das Sobras								
Reversão de Reservas		(339.958,35)			(21.605,35)			(361.563,70)
Resultado do Exercício							1.521.986,31	1.521.986,31
Destinações				152.198,63	76.099,32	760.993,16	(989.291,11)	
SALDO EM 31/12/2018	3.565.805,69	4.659.414,08	59.020,88	785.876,27	229.245,41	5.454.020,17	532.695,20	15.286.077,70
MUTAÇÕES EM 2019	(576.007,39)	(77.776,54)		305.142,12	74.575,95	1.525.710,60	535.302,22	1.786.946,95
Integralização de Capital	18.227,99						(532.695,20)	(514.467,21)
Capital a Realizar								
Devolução de Capital	(594.235,38)							(594.235,38)
Incorporação das Sobras								
Reversão de Reservas		(77.776,54)			(77.995,11)			(155.771,65)
Resultado do Exercício							3.051.421,19	3.051.421,19
Destinações				305.142,12	152.571,06	1.525.710,60	(1.983.423,77)	
SALDO EM 31/12/2019	2.989.798,30	4.581.637,54	59.020,88	1.091.018,39	303.821,36	6.979.730,77	1.067.997,42	17.073.024,65

Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 31/12/2018

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Regulatório

Descrição	2019	2018
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.051.421,19	1.521.986,31
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.051.421,19	1.521.986,31
2 - Ajuste Por	(81.759,34)	86.332,95
Reintegração Acumulada	125.987,56	35.867,47
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores, Concessionários e Permissionários	(408.425,18)	(3.781,35)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(273.587,58)	(382,85)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(49.913,38)	(15.037,38)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(67.756,27)	(22.555,20)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(7.363,94)	(441,39)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	14,24	(4.544,89)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(20.437,61)	48.818,93
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(80.958,60)	7.330,02
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Atividades Não Vinculadas a Permissão	0,00	(3.002,11)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(242.121,40)	(444.920,88)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	11.119,87	(7.489,26)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	133.672,34	(230.064,31)
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	(37.017,44)	577.162,41
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	299.820,30	(44.955,66)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	561.020,82	(8.654,29)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(80.736,26)	201.481,39
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	54.923,19	1.502,30
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	2.969.661,85	1.608.319,26
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(748.157,47)	(67.254,01)
Ativo Imobilizado / Intangível	(766.385,46)	(62.334,11)
Integralização de Capital	18.227,99	(4.919,90)
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(936.091,59)	(21.605,35)
Utilização das Reservas	(77.995,11)	(21.605,35)
Reversão de Capital	(858.096,48)	0,00
6 - Variação no Caixa (3+4+5)	1.285.412,79	1.519.459,90
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.285.412,79	1.519.459,90
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.002.298,47	482.838,57
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.287.711,26	2.002.298,47

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2019, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2020.

A Administração.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO
CGC/MF: 85.665.990/0001-30
AV. PADRE HERVAL FONTANELLA, 443 – CENTRO
JACINTO MACHADO – SANTA CATARINA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado, Daniel de Souza – Coordenador; Charles Kuentzer - Secretário e demais membros: João Pascoali , Quiliani Padilha dos Santos, Aderval da Rosa e João Batista de Almeida, nos reunimos mensalmente nas reuniões ordinárias e em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, fiscalizamos, analisamos, verificamos a documentação mensal, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, como também o Relatório da Diretoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício de 2019. Percebemos uma Cooperativa (CEJAMA) que se pautou em um serviço de qualidade, com responsabilidade, idoneidade e sobretudo voltada à transparência em seus atos administrativos e burocráticos, conforme o Estatuto Social, ao que expressamos nossas congratulações e votos de sucesso sempre com este espírito de seriedade e lisura em todo o processo.

Portanto, emitimos o presente parecer no sentido de ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis.

Jacinto Machado (SC), 24 de Março de 2020.



Daniel de Souza
Coordenador



Charles Kuentzer
Secretário



João Pascoali
Membro



Quiliani Padilha dos Santos
Membro



Aderval da Rosa
Membro



João Batista de Almeida
Membro

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2019 E 2018.**

(Valores expressos em reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia. Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUSTarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é

prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. **Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada nominal e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Consumidores	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ devedores duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	2.458	0	229	44	4	38	(56)	168	-	-	-	(10)	2.696	2.206
Fornecimento	1.900	0	227	44	4	38	(53)	168	-	-	-	(10)	2.338	1.660
Residencial	333	0	68	4	3	13	(22)	15	-	-	-	(3)	410	324
Industrial	901	0	9	33		14	(19)	172	-	-	-	(5)	1.110	755
Comercial	181	0	14	1		3	(3)	0	-	-	-	(2)	194	175
Rural	444	0	136	1	1	8	(9)	1	-	-	-	0	582	350
Poder Público	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	9	29
Iluminação Pública	33	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	33	29
Serviço Público		0						-	-	-	-	0	0	1
Serviço Taxado	6	0	2	0	0	0	(1)	-	-	-	-	0	7	1
Renda não faturada	517	0						-	-	-	-	0	517	539
Participação Financeira	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0
Outros Créditos	33	0	0	0	0	0	(1)	-	-	-	-	0	32	0
Arrecadação Processo Classificação	2	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	2	0

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- Análise individual do saldo de cada consumidor, obtendo um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- Experiência da administração da cooperativa em relação às perdas efetivas com consumidores, considerando o histórico de perdas, com parâmetro nos dois últimos anos;
- Existência de garantias reais;
- Análise das contas vencidas e a vencer de consumidores que tenham renegociado seus débitos;
- Análise dos devedores em situação de concordata e/ou falência.

Para os demais casos, foram incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa os valores totais dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

**COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO -
CEJAMA**

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Distribuição	17.474	1.088	(691)	-	-	17.871	397	(6.523)	11.348	11.273	-	-	-
Terenos	11	-	-	-	-	11	-	-	11	11	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	17	-	-	-	-	17	-	(1)	16	16	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	17.102	767	(662)	-	-	17.207	106	(6.310)	10.897	11.054	-	-	-
Veículos	266	294	(28)	-	-	532	266	(172)	360	143	-	-	-
Móveis e Utensílios	78	27	(1)	-	-	104	26	(40)	64	49	-	-	-
Administração	1.436	107	(309)	-	-	1.234	(202)	(652)	582	654	-	-	-
Terenos	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	169	-	-	-	-	169	-	(140)	29	34	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	162	52	(27)	-	-	187	25	(152)	35	13	-	-	-
Veículos	962	56	(282)	-	-	735	(227)	(324)	411	698	-	-	-
Móveis e Utensílios	45	-	-	-	-	45	-	(36)	9	11	-	-	-
Subtotal	18.910	1.195	(1.000)	-	-	19.105	195	(7.175)	11.930	12.127	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Distribuição	600	3.749	-	(3.016)	-	1.333	733	-	1.333	600	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	48	1.313	-	(785)	-	576	528	-	576	48	-	-	-
Outros	552	2.436	-	(2.231)	-	757	205	-	757	552	-	-	-
Administração	4	-	-	-	-	4	-	-	4	4	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4	-	-	-	-	4	-	-	4	4	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	604	3.749	-	(3.016)	-	1.337	733	-	1.337	604	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	19.514	4.944	(1.000)	(3.016)	-	20.442	928	(7.175)	13.267	12.731	-	-	-

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	-
Softwares	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	-
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	-

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
ALS Bruto	17.102	1.088	(691)	-	-	17.499	397
Transformador de Distribuição	3.414	176	(90)	-	-	3.500	86
Medidor	681	62	(70)	-	-	673	(8)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.287	490	(74)	-	-	2.703	416
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.109	17	(6)	-	-	2.120	11
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	(17)	-	-	(17)	(17)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	8.611	343	(434)	-	-	8.520	(91)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	2019		2018
			Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	2,11%	17.871	(6.523)	11.348	11.348
Custo Histórico		10.866	(3.417)	7.449	7.449
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		7.005	(3.106)	3.899	3.899
Administração	3,12%	1.234	(652)	582	582
Custo Histórico		1.226	(651)	575	575
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		8	(1)	7	7
		19.105	(7.175)	11.930	11.930
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		1.333	-	1.333	1.333
Administração		4	-	4	4
		1.337	-	1.337	1.337
		20.442	(7.175)	13.267	13.267

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos							-
Reservatórios, Barragens e Adutoras							-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias							-
Máquinas e Equipamentos	967	115	215			34	1.331
Móveis e Utensílios	14	19					33
Veículos	119						119
Desenvolvimento de Projetos							-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais							-
Material em Depósito	1.228						1.228
Compras em Andamento	1.038						1.038
Adiantamentos a Fornecedores							-
Depósitos Judiciais							-
Outros							-
Total das Adições	3.366	134	215	-	-	34	3.749

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no367 de 02/06/2009, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores	5,0%
Chave de distribuição	6,7%
Condutor do sistema	5,0%
Estrutura do sistema	5,0%
Regulador de tensão	4,8%
Transformador de Força	2,5%
Transformador de Distribuição	5,0%
Administração	
Veículos	20,0%
Edificações	4,0%
Equipamento Geral	10,0%
Equipamento Geral de Informática	10,0%
Software	20,0%
Urbanizações e Benfeitorias	4,0%

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais **adições** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição	Valor R\$
HILUXCS DSL 4X4 CHASSI 8AJFA8CB0K2006194	114.626,26
TRANSF. TRIFASICO 30 KVA (COM BUCHA PRIMARIA 25 kV)	97.961,20
RELIGADOR AUTOMATICO 15KV 16KA 800A C/ CONTROLE RC10	87.072,57
CABO DE ALUMINIO CA 02 AWG (SEM ALMA)	38.380,10
CABO DE ALUMINIO CAA 04 AWG (COM ALMA)	38.246,77
POSTE DT 09/300	38.244,78
POSTE DT 10/300	36.201,32
CABO DE ALUMINIO CA 04 AWG (SEM ALMA)	34.703,14
POSTE DE MADEIRA 10MT	30.931,45
POSTE DT 11/300	30.237,46

As dez principais **baixas** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
VEICULO MAHINDRA	64.900,00
CAMINHONETE MAHINDRA	51.920,00
FORD FIESTA HATCH 1.6 FLEX BRANCO ANO 2009 PLACA MJN-1199	27.825,00
MEDIDOR ELETROMECANICO DE ENERGIA POLIFÁSICO	24.827,29
CAMINHONETE TOYOTA - 99/99 - CINZA - PLACA MAO-3325	24.000,23
VEICULOS MONTANAMKE 1636	22.644,50
CABO DE ALUMINIO CA 04 AWG (SEM ALMA)	18.028,47
RELIGADOR 15kV 400A	17.057,28
MEDIDOR TRIFASICO - ELETRONICO	16.890,52
TRANSFORMADOR TRIFASICO 45KVA	15.120,63

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados a medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 28 de setembro de 2019 a 28 de setembro de 2020, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

- i) Neutralidade da Parcela A

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário emanos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Os componentes financeiros presentes nestes processos tarifários são decorrentes dos seguintes ajustes financeiros:

- i. Pis/Cofins na compra de energia e no encargo de uso do sistema de distribuição;
- ii. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A;
- iii. Repasse para compensação por descontinuidade;
- iv. Subvenção Baixa Densidade de Carga;
- v. Retenção adicional de Bandeiras Tarifárias;
- vi. Ajuste CUST;
- vii. Ressarcimento P&D;
- viii. Ajustes relativos à processos anteriores; e
- ix. Ajustes dos financeiros de setembro em função da prorrogação das tarifas (TE e TUSD).

No cálculo da neutralidade dos Encargos setoriais da Parcela A foi considerado o recálculo da neutralidade de CDE e PROINFA de anos anteriores

Os custos da Parcela A representam 59,59% da receita econômica da Permissionária. O aumento dos custos relativos a essa parcela representa 5,10% da variação econômico financeira da Cejama, cuja variação total foi de 8,97%

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 40,41% da Receita, resultando num efeito de 3,87% na variação econômico financeira da tarifa vigente. Ao resultado da variação econômica, de 8,97%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de -12,22%, contribuindo com o efeito final de -3,25% sobre as tarifas de energia elétrica vigentes para a Cejama.

7. Empréstimos e Financiamentos

A CEJAMA não movimentou ou adquiriu nenhuma operação financeira nos exercícios de 2018 e 2019.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Legislação	
	Societária 2019	
Ativo circulante	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
Ativo não circulante	-	-
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
Total	-	-

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

As operações com consumidores nos exercícios de 2018 e 2019, foram realizadas apenas com associados, desta forma, não gerando fato gerador para base de cálculo de IRPJ e CSL.

9. Provisão para litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatório	Outros	Total
Saldos em 31/12/2018	120.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
Constituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixas/reversão	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2019	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		47	-	-	47
Participação da União, Estados e Municípios		21	-	-	21
Participação Financeira do Consumidor		26	-	-	26
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		47	-	-	47

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em curso	198	122	-	(68)	-	252	54	-	252	198
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	198	122	-	(68)	-	252	54	-	252	198
Ultrapassagem de demanda	198	122	-	(68)	-	252	54	-	252	198
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	198	122	-	(68)	-	252	54	-	252	198

11. Patrimônio

Líquido Capital

Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R\$2.991.178,30 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cooperados – Não Cooperados	Valor
Cooperados	2.991.178,30

Reservas de Capital

Descrição	2019	2018
Reserva de Equalização	59.020,88	59.020,88
Fundo de Reserva Legal	1.091.018,39	785.876,27
FATES	303.821,36	229.245,41
Fundo Manutenção e Melhorias	6.979.730,77	5.454.020,17
Total	8.433.591,39	6.528.162,73

A reserva legal é constituída com base em 10% do lucro líquido do exercício pela legislação societária, o fundo de manutenção e aplicação e melhorias com base em 50% e FATES de 5% das sobras.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento - Faturado	5.467	5.424	34.073	32.516	19.647	17.112
Residencial	2.950	2.868	5.713	5.438	3.955	3.477
Industrial	65	62	18.099	17.371	9.752	8.415
Comercial	461	464	2.631	2.544	1.950	1.824
Rural	1.813	1.857	6.019	5.566	3.112	2.592
Poder público	56	54	380	359	287	247
Iluminação pública	116	114	1.016	1.045	446	436
Serviço público	6	5	215	193	145	121
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativeiros						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	0	0	0	0	0,00	(0,00)
(-) Trst p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trst p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trst p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						(4)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	0	0			(22)	51
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						
Serviços Cobráveis					3.547	3.498
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	5.467	5.424	34.073	32.516	23.172	20.657

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2019	2018
Pessoal	2.258	2.649
Remuneração	1.293	1.545
Encargos	706	675
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	7	148
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	252	281
Administradores	239	237
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	239	237
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	2.497	2.886

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

Descrição	2019	2018
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Deixamos de apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada devido sermos uma empresa Permissionária na qual possui apenas as atividades de Distribuição (D) e Administração.

17 Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário

Os Contratos de Permissão têm por objetivo a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Estes Contratos preveem a periodicidade dos processos tarifários que podem ser do tipo: Reajuste Tarifário Anual ou Revisão Tarifária Periódica. Os Reajustes ocorrem anualmente, nas datas de aniversário contratual, exceto quando acontece as Revisões a cada 4 anos.

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1,

8.2 e 8.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas calculadas conforme o PRORET 8.1.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A", formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

O cálculo tarifário também compreende o cálculo dos componentes financeiros, que não compõem a Parcela A e B da permissionária, mas que são acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (meses) subsequentes ao reajuste tarifário em processamento.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Varição	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	1.466.134,80	2.080.051,44	40,51%	3,46%	11,01%
Taxa de Fac. de Serviços de E.E. – TFSEE	35.985,03	36.230,05	0,68%	0,00%	0,19%
Contrib. de Desenvolvimento Energético – CDE	1.160.987,37	1.715.002,06	47,72%	3,23%	9,17%
PROINFA	269.162,40	308.819,33	14,73%	0,23%	1,65%
ENERGIA COMPRADA	6.564.339,73	6.593.126,31	0,44%	0,17%	35,25%
Energia	6.564.339,73	6.593.126,31	0,44%	0,17%	35,25%
TRANSPORTE DE ENERGIA	2.239.380,99	2.492.515,47	11,20%	1,47%	13,33%
Uso do sistema de distribuição	2.239.380,99	2.492.515,47	11,30%	1,47%	13,33%
Total de Parcela A	10.269.855,52	11.145.693,23	8,53%	5,10%	59,59%
Total de Parcela B	6.894.432,41	7.559.000,00	9,64%	3,87%	40,41%
Varição econômica				8,87%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS-COFINS		384.713,60		2,24%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(69.175,34)		-0,40%	
Subvenção CDE		(2.413.705,20)		-14,06%	
Total Financeiros		-		-12,22%	
Varição econômica e financeira				-3,35%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				11,77%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				1,48%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				10,00%	

Os processos tarifários das permissionárias com data de aniversário contratual em 30/09/2019 conduziram ao seguinte resultado:

Permissionária	Alta Tensão	Baixa Tensão	Efeito Médio
CEJAMA	7,6%	12,8%	10,00%

O período de referência para o cálculo dos processos tarifários das permissionárias, ora em análise, é de setembro de 2019 a agosto de 2020.

Por meio do Ofício 036/2019, de 29 de agosto de 2019, a permissionária apresentou, em conformidade com o submódulo 8.4 do PRORET, seu pleito de parcela B com a respectiva ata de reunião de aprovação.

O pleito de R\$ 7.559.000,00 ficou abaixo do limite regulatório homologado, sendo, portanto, considerado no presente processo tarifário.

Com relação às perdas regulatórias, que somam técnicas e não técnicas, foi solicitado o percentual de 8,82%, valor acima do limite regulatório. Considerou-se, então, no presente processo tarifário o percentual regulatório de 5,34%.

Encargos Setoriais

Os encargos setoriais, oriundos das políticas de governo para o setor elétrico, possuem finalidades específicas e são definidos em legislação própria³. Seus valores são estabelecidos pela ANEEL e não representam ganhos de receita para a permissionária. Os encargos são:

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

- i. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE,
- ii. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;
- iii. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

A cobertura tarifária para o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é calculada pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh) verificado no período de referência, pelos custos da CDE (R\$/MWh) por nível de tensão, descontado os montantes das unidades consumidores classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda.

A cobertura tarifária relativa à quota de custeio do Proinfa é pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh), verificado no período de referência, descontando os valores da Subclasse Residencial Baixa Renda, pelo custo do Proinfa (R\$/MWh).

TFSEE	CDE	PROINFA	TOTAL
36.230,05	1.715.002,06	308.819,33	2.060.051,44

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO- CEJAMA

	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO	7.116.632,20D	12,37C	7.116.644,57 D	5.003.749,69D	12,37D	5.003.762,06 D
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.287.711,26D		3.287.711,26 D	2.002.298,47D	0,00	2.002.298,47 D
Consumidores	2.895.844,91D		2.895.844,91 D	2.487.419,73D	0,00	2.487.419,73 D
Serviços em curso	279.976,06D		279.976,06D	6.388,48D	0,00	6.388,48D
Tributos compensáveis	139.247,50D		139.247,50D	89.334,12D	0,00	89.334,12D
Almoxarifado operacional	241.342,05D		241.342,05D	173.585,78D	0,00	173.585,78D
Ativos regulatórios	8.391,30D	12,37C	8.403,67D	1.027,36D	12,37D	1.039,73D
Despesas pagas antecipadamente	4.775,83D		4.775,83D	4.790,07D	0,00	4.790,07D
Outros ativos circulantes	259.343,29D		259.343,29D	238.905,68D	0,00	238.905,68D
Ativo não circulante	11.309.668,95D	2.361.854,66C	13.671.523,6 1D	10.346.191,05D	2.708.465,30 D	13.054.656,35 D
Tributos compensáveis	233.394,52D	0,00	233.394,52D	152.435,92D	0,00	152.435,92D
Depósitos judiciais e caução	1.030,20D		1.030,20D	1.030,20D	0,00	1.030,20D
Bens e direitos para uso futuro	3.609.019,32D	3.609.404,12D	384.80C	384,99C	0,00	384,99C
Outros ativos não circulantes	102,09D		102,09D	3.367.385,00D	3.367.282,9 1C	102,09D
Bens e atividades não vinculadas à permissão	168.286,77D	0,00	168.286,77D	168.286,77D	0,00	168.286,77D
Imobilizado	2.568.998,14D	10.697.926,14 C	13.266.924,2 8D	3.210.403,28D	9.520.612,5 3D	12.731.015,81 D
Intangível	4.728.837,91D	4.726.667,36D	2.170,55D	3.447.034,87D	3.444.864,3 2C	2.170,55D
TOTAL DO ATIVO	18.426.301,15D	2.361.867,03C	20.788.168,1 8D	15.349.940,74D	2.708.477,67 D	18.058.418,41 D

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO- CEJAMA

PASSIVO

Passivo circulante	3.424.864,92C	8.654,29C	3.416.210,63C	2.537.039,19C	8.654,29C	2.528.384,90C
Fornecedores	359.874,14C		359.874,14C	348.754,27C	0,00	348.754,27C
Empréstimos, financiamentos e debêntures	0,00		0,00	539.317,41C	0,00	539.317,41C
Obrigações sociais e trabalhistas	395.136,72C		395.136,72C	261.464,38C	0,00	261.464,38C
Tributos	907.510,38C		907.510,38C	405.264,31C	0,00	405.264,31C
Provisão para litígios	25.000,00C		25.000,00C	145.000,00C	0,00	145.000,00C
Encargos setoriais	735.045,23C		735.045,23C	435.224,93C	0,00	435.224,93C
Passivos regulatórios	0,00	8.654,29C	8.654,29D	0,00	8.654,29C	8.654,29D
Outros passivos circulantes	1.002.298,45C		1.002.298,45C	402.013,89C	0,00	402.013,89C
Passivo não Circulante	298.932,90C	0,00	298.932,90C	243.955,81C	0,00	243.955,81C

Obrigações vinculadas à permissão	298.932,90C		298.932,90C	243.955,81C	0,00	243.955,81C
TOTAL DO PASSIVO	3.723.797,82C	8.654,29C	3.715.143,53C	2.780.995,00C	8.654,29C	2.772.340,71C

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	3.239.546,07C	249.747,77C	2.989.798,30C	3.815.553,46C	249.747,77D	3.565.805,69C
Reservas de capital	8.756.096,30C	322.504,91C	8.433.591,39C	6.675.925,47C	147.762,74D	6.528.162,73C
Outros resultados abrangentes	1.544.771,81C	3.036.885,93D	4.581.637,54C	1.544.771,81C	3.114.642,47	4.659.414,08C
Sobras à disposição da Assembleia	1.162.089,35C	94.091,93C	1.067.997,42C	532.695,20C	0,00	532.695,20C
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.702.503,33C	2.370.521,32D	17.073.024,65	12.568.945,74C	2.717.131,96	15.286.077,70
			C		C	C
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.426.301,16C	2.361.867,03D	20.788.168,18	15.349.940,74C	2.725.766,25	18.058.418,41
			C		C	C

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO- CEJAMA

	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita / Ingresso	23.119.683,47C		23.119.683,47C	20.657.355,54C		20.657.355,54C
Fornecimento de energia elétrica	10.498.402,05C	0,00	10.498.402,05C	9.392.370,98C	0,00	9.392.370,98C
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.074.486,41C	0,00	9.074.486,41C	7.767.321,72C	0,00	7.767.321,72C
Ativos e Passivos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços cobráveis	89.757,30C	0,00	89.757,30C	69.321,69C	0,00	69.321,69C
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido	3.457,037,71C	0,00	3.457,037,71C	3.428.341,16C	0,00	3.428.341,16C
Tributos	4.306.425,28D		4.306.425,28D	3.686.554,94D		3.686.554,94D
ICMS	4.303.935,06D	0,00	4.303.935,06D	3.684.759,34D	0,00	3.684.759,34D
ISS	2.490,22D	0,00	2.490,22D	1.795,60D	0,00	1.795,60D
Encargos - Parcela "A"	1.750.169,24D		1.750.169,24D	1.678.512,99D		1.678.512,99D
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	1.258.625,94D	0,00	1.258.625,94D	956.411,36D	0,00	956.411,36D
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	34.348,52D	0,00	34.348,52D	36.639,09D	0,00	36.639,09D
Outros encargos	457.194,78D	0,00	457.194,78D	685.462,54D	0,00	685.462,54D
Receita líquida / Ingresso líquido	17.063.088,96C		17.063.088,96C	16.292.287,61C		16.292.287,61C
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	9.928.875,58D		9.928.875,58D	8.827.694,90D		8.827.694,90D
Energia elétrica comprada para revenda	9.928.875,58D	0,00	9.928.875,58D	8.827.694,90D	0,00	8.827.694,90D
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.134.213,38C		7.134.213,38C	6.464.592,71C		6.464.592,71C
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	4.121.789,99D		4.390.624,09D	4.972.110,89D		4.972.110,89D
Pessoal e administradores	2.497.094,10D	0,00	2.497.094,10D	2.887.618,51D	0,00	2.887.618,51D
Material	275.815,56D	0,00	275.815,56D	290.604,67D	0,00	290.604,67D
Serviços de terceiros	698.161,28D	0,00	698.161,28D	454.334,06D	0,00	454.334,06D
Arendamentos e aluguéis	0,00	0,00	0,00	11.437,09D	0,00	11.437,09D
Seguros	5.732,70D	0,00	5.732,70D	1.328,17D	0,00	1.328,17D
Doações, contribuições e subvenções	66.332,09D	0,00	66.332,09D	98.294,41D	0,00	98.294,41D
Provisões	41.297,57C	0,00	41.297,57C	788.536,75D	0,00	788.536,75D
(-) Recuperação de despesas	11.536,16C	0,00	11.536,16C	149.661,77C	0,00	149.661,77C
Tributos	24.890,67D	0,00	24.890,67D	28.971,07D	0,00	28.971,07D
Depreciação e amortização	588.813,64D	288.834,10C	857.647,74D	527.779,81D	0,00	527.779,81D
Gastos diversos	17.783,68D	0,00	17.783,68D	32.988,12D	0,00	32.988,12D
Outras receitas operacionais	D		D	D		D

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO- CEJAMA

	625.176,95 C		625.176,9 6C	84.909,67 C		84.909,67 C
Outras despesas operacionais	366.013,25D		366.013,25D	172.031,22D		172.031,22D
Resultado da Atividade	3.171.587,08C		2.902.752,98C	1.405.360,27 C		1.405.360,27 C
Resultado Financeiro	148.868,21C		148.868,21C	116.626,04C		116.626,04C
Despesas financeiras	66.261,45D	0,00	66.261,45D	49.455,35D	0,00	49.455,35D
Receitas financeiras	214.529,70	0,00	214.529,7	166.081,39	0,00	166.081,39
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.320.256,2 C		3.051.421,1 0C	1.521.986,3 C		1.521.986,3 C
	9C		9C	1C		1C
Contribuição social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	3.320.256,29C		3.051.421,19C	1.521.986,31 C		1.521.986,31 C

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1.Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2.Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1.Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2.Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1.Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2.Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1.Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2.Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3.Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4.Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5.Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório


Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.


18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

DESCRIÇÃO	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	3.320.255,29	1.521.986,31
Efeito dos ajustes entre contab. societária versus reg.		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória		
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(268.834,10)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	3.051.421,19	1.521.986,31

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.


ADELAR MACHADO DE OLIVEIRA
Presidente da Cejama (ee)
CPF: 741.936.439-72


ADEODATO TRAMONTIN
Contador da Cejama
CPF: 520.617.609-53
CRC/SC 015639/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA
Jacinto Machado - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** com data de 28 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do



Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 20 de março de 2020.

Hermenegildo João Vanoni
Auditor S/S

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/0-7

AUDICONSULT

CRC-SC 4.012